

O INFAUSTO COTIDIANO DOS PEQUENOS ÍTALO-BRASILEIROS EM UM ANTIGO  
NÚCLEO COLONIAL NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XX.

*The ominous daily life of the little italo-brazillians in an old colonial community in the  
beginning of the 20th century.*

Eliane Mimesse Prado\*

RESUMO

Esse artigo resgata o cotidiano das crianças, filhas de colonos italianos, nascidas em terras brasileiras no início do século XX. Esses pequenos moradores da localidade de São Caetano no Estado de São Paulo, apesar de sua proximidade com a capital, viveram suas infâncias mantendo hábitos e costumes originados na região do Vêneto por suas famílias. O objetivo desse estudo é o de trazer à tona as memórias e lembranças da meninice, recompondo os acontecimentos e as ações diárias. As fontes de pesquisa utilizadas foram compostas, pelos depoimentos colhidos a partir do desenvolvimento de um projeto que visava a manutenção da memória, segundo a História Oral. Também contou-se com fontes documentais primárias. A fundamentação teórica adota autores como Certeau (2002), Thompson (1998), Leite (2006) e Veiga (2004), entre outros. Pôde-se concluir que os primeiros anos de vida dessas crianças foram repletos de alegrias, aventuras e descobertas.

**Palavras-chave:** Infância; Imigração Italiana; História da Educação.

ABSTRACT

This article discusses the daily life of children of Italian settlers who were born in Brazilian territory in the beginning of the 20th century. These young inhabitants of the city of São Caetano State of São Paulo, despite its proximity to the capital, lived their childhood keeping habits and traditions that originated from their families in the region of Veneto. The objective of this study is to bring out childhood memories, recollecting events and daily routines. The sources used for research consisted of statements collected from the development of a project that aimed at memory conservation, according to Oral History. Primary documental sources were also used. Theoretical substantiation was based on authors such as Certeau (2002), Thompson (1998), Leite (2006) and Veiga (2004), among others. This study concluded that the first few years of these children's lives were filled with joy, adventure and discovery.

**Key-words:** Childhood; Italian Immigration; History of Education.

Os italianos, aos quais a seguir farei referências, são em sua maioria, pessoas provenientes das cidades localizadas no Vêneto, na região nordeste da Itália. Foram esses indivíduos que compuseram o grande grupo dos imigrantes que se deslocaram para os núcleos coloniais criados em fins do século XIX na região sudeste e sul das terras brasileiras. As famílias que se deslocaram para o Brasil vieram normalmente acompanhadas de seus

---

\* Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio de pós-doutorado concluído na área de História da mesma universidade. Professora do Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: emimesse@bol.com.br

filhos, são raros os documentos que tratam da chegada de imigrantes desacompanhados. Essa atitude implícita a este grupo social, decorre do convívio pleno dos pequenos, com as mais diversas situações vivenciadas por seus pais. Os entraves por eles vividos podem ser listados a partir da viagem de vinda para o Brasil, quando grande número dessas crianças não resistiu às intempéries do trajeto. Como também às condições climáticas, as moléstias e as diferenças alimentares encontradas quando da chegada na nova terra. Felizmente, muitas das crianças adaptaram-se as condições de vida, e foram esses os imigrantes que puderam trazer por seus depoimentos lembranças inesquecíveis de suas infâncias a fim de contribuírem com o resgate e a preservação da memória histórica.

A importância desse resgate das memórias da infância desses imigrantes foi de um subsídio amplo aos estudos. Os resultados das entrevistas efetuadas com essas pessoas agregaram detalhes a muitas das informações conhecidas. Possibilitaram desvendar as ações diárias dessas pessoas que viveram no Brasil nos anos iniciais do século XX. As fontes documentais primárias também trouxeram muito valor às composições históricas. Foram utilizados periódicos, fotografias, cartas, certidões, ofícios, requerimentos, listas de chamadas, e muitos outros tipos de fontes. Cerneau (2002) lembra-nos da importância na revisão de documentos e de outros tipos de fontes.

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela contribuição de um lugar, de um aparelho ou de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha de utilizar de outra maneira os recursos conhecidos. Não se trata apenas de fazer falar estes imensos setores adormecidos da documentação e dar voz a um silêncio. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma [...] um trabalho é científico quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo estabelecimento das fontes – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras. (CERNEAU, 2002, p. 82)

A ordenação nos conteúdos dos vários tipos de fontes de pesquisas possibilitou lançar-se mão da “ação instauradora” a partir do uso de “técnicas inovadoras”, para a elaboração da narrativa. Contudo, faz-se necessário, neste íterim o desenvolvimento de breves esclarecimentos acerca das concepções e conceitos de infância.

Para Lajolo (2006, p. 229) a infância foi entendida sendo sempre como “*um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda”. Por ser um objeto de estudo descrito por outros sujeitos que não são os representantes dessa categoria pesquisada, neste caso - os adultos. Assim, a autora define a palavra infância como diretamente relacionada à “ausência de fala”, como segue:

[...] *infância* e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, d’aquele que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem as palavras. (LAJOLO, 2006, p. 229)

Partindo-se deste ponto de vista pode-se depreender que o período denominado por infância, pelos mais diversos estudiosos, remeteu a uma época da vida em que os menores não deveriam interferir nos assuntos e, por conseguinte, na vida cotidiana dos adultos. E, por consecutivo, deveriam assumir o papel dos que *não falam*, apenas obedecer as instruções recebidas.

O debate teórico existente sobre qual seria o tempo de permanência da infância conduz-nos às grandes variáveis, de acordo com o desenvolvimento e as mudanças sociais. Os valores e crenças, individuais e coletivos das sociedades se alteraram paulatinamente a partir das transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas ocorridas em cada comunidade. Conforme Veiga (2004):

[...] a percepção da ordenação do curso de vida, do nascimento à morte, sofreu variações ao longo da história humana e esteve relacionado, entre outras coisas, às mudanças ocorridas na maneira como os homens produziram os símbolos para relacionar diferentes processos e acontecimentos sob a forma de *tempo*. Isso implicou a produção de unidades de referências temporais/culturais, de maior ou menor amplitude, padronizadas e socialmente reconhecidas, para servirem de orientação no curso do tempo da vida dos indivíduos e/ou dos grupos da sociedade. (VEIGA, 2004, p. 39)

De modo que, desde tempos imemoriáveis, foram amplas as discussões no meio acadêmico sobre quando seria o término da infância. Destarte, as opiniões concordam em convergir para a idade dos 7 anos como marco da infância. Essa era a *idade da razão*, a mesma em que ocorria o ingresso legal na escolarização institucionalizada, e o momento em que surgiam os primeiros indícios concretos de mudanças biológicas, aqui marcadas pelas alterações na arcada dentária.

A época da maioridade, instituída imediatamente após a infância, foi estabelecida como que em consenso pelos estudiosos, entre os 12 e os 14 anos. De acordo com Leite (2006) deve-se cuidar quando se tratam destes termos, por a infância não ser uma *fase biológica da vida*, é simplesmente um conceito construído cultural e historicamente. Como explica a autora:

[...] até o fim do século XIX, a maioridade se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizou toda a vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão. Tendo em mente que a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica compreende-se que as abstrações numéricas não podem dar conta de sua variabilidade. (LEITE, 2006, p. 21)

Portanto, esse artigo versa sobre a infância, entendida como um período da vida, e aborda as ações concretas das crianças neste tempo de suas vidas. O termo criança remete ao século XIX, como nos informou Leite (2006, p. 20), e era usado como “uma derivação das que eram *criadas* pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamavam *crias* da casa, de responsabilidade – nem sempre assumida inteira ou parcialmente da família consanguínea ou da vizinhança.” O cuidado dispensado as crianças seguia outros padrões

e valores, diametralmente opostos as crenças existentes na atualidade, salvo raríssimas exceções, para nosso pesar.

Logo, é suprema a inófia de se escrever sobre o passado, a fim de difundir-lo aos indivíduos que ainda desconhecem os fragmentos de suas raízes, e aos que sentem a necessidade implícita de adquirir novos conhecimentos a cada dia. As recordações escritas e documentadas são resgates vivos de momentos ou de uma época, escrever a história é um modo de situar-se “o povo no centro dele mesmo, estendendo-se de um passado a um futuro”, como foi expresso por Certeau (2002), e ainda enfatiza que:

A marcha do tempo não tem mais necessidade de se certificar pelo distanciamento de “passados”, do que um lugar tem de se definir, distinguindo-se de “heresias”. Pelo contrário, um “processo de coexistência e de reabsorção” é o “fato cardeal” [...] muito ao contrário de ser um objeto deixado para trás a fim de que um presente autônomo se torne possível, é um tesouro situado no centro da sociedade que é seu memorial, um alimento destinado à memorização. A história é o privilégio que é necessário recordar para não se esquecer a si próprio. (CERTEAU, 2002, p. 16)

Pretende-se descrever como se desenrolava o dia a dia das crianças que viviam na localidade de São Caetano, no Estado de São Paulo, fundada originalmente como núcleo colonial no ano de 1877. Esta reconstituição dos detalhes, de outros tempos, contou – principalmente - com a rica contribuição das entrevistas efetuadas com treze pessoas residentes desde a sua infância na atual cidade de São Caetano do Sul, localizada na área metropolitana da cidade de São Paulo. Destes entrevistados sete eram mulheres e seis homens. Foram utilizados os depoimentos de todos os treze entrevistados, pessoas nascidas no início do século XX. As entrevistas realizaram-se ao longo do ano de 1995, quando da execução do projeto *História de Vida*, desenvolvido pela Fundação Pró-Memória da cidade de São Caetano do Sul. Esse referido projeto visou o resgate do maior número de informações possíveis sobre as primeiras décadas do século XX. Os dados foram organizados a partir de entrevistas efetuadas com os moradores mais antigos da cidade, que se dispuseram a participar deste projeto e que apresentavam boas condições de saúde, em função da idade avançada da maioria deles.

Quando um estudo, como o aqui desenvolvido, faz uso das fontes da história oral pode-se resgatar as mais diversas lembranças dos entrevistados. Como foi explicitado por Thompson (1998):

[...] uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. [...] os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. (THOMPSON, 1998, p.25)

A riqueza dos depoimentos colhidos segundo a análise da história oral é memorável. Deste modo, tendo acesso a essas fontes, este estudo contou com os depoimentos de Joana Fiorotti Zanini, Henriqueta Matiello Perin, Egydio Scarparo, Irene Marques Biagi,

Celeste Biagi, Verino Segundo Ferrari, Esperança Martorelli Cairo, Michelina Paolillo Mantovani, Francisco Adelino Fiorotti, Serena Moretti Perrela, Singerfrido Cavassani, Octavio Fiorotti de Luigi e Adelaide Capuano Fiorotti. Alguns trechos desses depoimentos serão comentados e alguns deles reproduzidos nos próximos parágrafos, respeitando-se o modo como foram originalmente expressos por cada um dos entrevistados e, conseqüentemente como se ordenou sua transcrição.

Decorrem dessa gama de dados informações relevantes, sobre os mais diversos assuntos, dando margem a muitas novas pesquisas. Seguindo essa premissa, e tendo a documentação em mãos, surgiu a ideia de explorar essas fontes documentais e orais a partir do ponto de vista das crianças.

Com relação à análise da documentação oficial rememoro ao pesquisador que tenha cuidados quando da efetivação das leituras. É necessário ir para além das aparências que os documentos demonstram. Deve-se investigar a sociedade como um todo no período analisado e nunca entender um acontecimento como isolado. Via de regra, as fontes primárias documentais, podem ser encontradas em arquivos, bibliotecas e em departamentos vinculados aos órgãos públicos que mantenham a prática do arquivamento de documentos. Os arquivos são os responsáveis pela guarda e manutenção dos mais diversos documentos, porque como nos alertou Certeau (2002):

[...] compõem o mundo do jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, portanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; [...] o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explicita miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer. (CERTEAU, 2002, p. 20)

Grande parte das fontes primárias utilizadas para a elaboração deste estudo encontrava-se no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Todo o material utilizado estava distribuído em latas metálicas que continham os maços com a documentação. Esses documentos apresentavam-se no formato de manuscritos originais. Abrangiam períodos de tempo determinados e, algumas vezes, estavam em ordem alfabética de acordo com a localidade. E, como ocorrerá com as transcrições das entrevistas será mantida a grafia original desses documentos quando aqui forem citados.

### **Os primórdios do núcleo colonial de São Caetano: a época da instalação dos imigrantes vênnetos.**

O núcleo colonial de São Caetano foi erigido nas antigas terras dos monges beneditinos, estava localizado em uma região próxima a da cidade de São Paulo, sendo possível à comunicação fluvial com o centro comercial da Capital, além da existência de alguns caminhos por terra. Mas, com o passar dos tempos surgiram obstáculos quanto à manutenção da produção de tijolos, entre eles indica-se a concorrência e a escassez na mão de obra escri-

va. Neste ínterim, os religiosos abandonaram as terras, que logo foram incorporadas pelo governo provincial, deu-se assim, o início da criação do núcleo colonial de São Caetano.

A chegada em massa de imigrantes no Estado de São Paulo iniciou pela necessidade de aumentar a mão de obra na lavoura, principalmente nas fazendas de plantio de café. Os trabalhadores imigrantes deveriam substituir os trabalhadores africanos, em função da mão de obra escrava estar a cada dia tornando-se mais dispendiosa. Os núcleos coloniais foram via de regra, criados pelo governo paulista em terrenos acidentados, de modo a dificultar a grande lavoura, e normalmente estavam localizados próximos a rios e estradas de ferro. As terras do núcleo colonial de São Caetano eram férteis para o cultivo de milho, feijão e batatas, de modo a possibilitar o desenvolvimento da localidade pelo comércio ou pela indústria e evitar, deste modo, a concorrência com os grandes produtores.

Foi a possibilidade de aquisição de pequenas propriedades que atraiu um grande número de vênets para as terras de São Caetano. Porém, esses sujeitos não imaginavam quão precárias seriam as condições de vida que se deparariam quando da chegada nas terras do núcleo.

Quando os imigrantes desembarcavam do navio na cidade portuária de Santos, eram levados de trem para a *Hospedaria dos Imigrantes* na cidade de São Paulo, local onde todos os imigrantes se dirigiam quando chegavam ao país, permaneciam lá por oito dias. Traziam um *prospetto* contendo as condições mínimas para o imigrante que tivesse pretensões de fixar-se em um núcleo, no Estado de São Paulo, na localidade em que o governo tivesse lotes disponíveis. Esse *prospetto* dizia:

Ogni agricoltore che si stabilirà in una Colonia dello Stato, ha diritto ad un lotto di terreno. Questi lotti si dividono in tre classi:

La 1<sup>o</sup> è di 125.000 braccia quadrate, ovvero 605.000 metri quadrati

La 2<sup>o</sup> è di 62.500 braccia quadrate, ovvero 302.500 metri quadrati

La 3<sup>o</sup> è di 31.250 braccia quadrate, ovvero 151.350 metri quadrati

valutati ad un prezzo che sarà fissato dal Direttore della Colonia, e che potrà variare da 2 a 8 reis ogni braccio quadrato, ossia metri quadrati 4,84.

(...) il pagamento sarà fatto in cinque rate, a cominciare dalla fine del secondo anno di possesso del colono<sup>1</sup>. (MIMESSE, 2010, p. 25)

Seria possível, ainda, escolher entre três tipos de lotes, com preços diferentes de acordo com a extensão, como traz o fragmento do documento citado acima. Após a definição e escolha dos lotes, os imigrantes rumavam de trem para a localidade escolhida. Os imigrantes vindos da região do Vêneto saíram da *Hospedaria dos Imigrantes* para o núcleo de São Caetano.

<sup>1</sup> Cada agricultor que se estabelecer em uma Colônia do Estado, terá direito a um lote de terra. Estes lotes dividem-se em três classes:

<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> é de 125.000 braças quadradas, tendo 605.000 metros quadrados,

<sup>a</sup> 2<sup>a</sup> é de 62.500 braças quadradas e 302.500 metros quadrados,

<sup>a</sup> 3<sup>a</sup> é de 31.250 braças quadradas e 151.350 metros quadrados,

valendo a um preço que será fixado pelo Diretor da Colônia, e que poderá variar de 2 a 8 réis cada braça quadrada, ou seja, o metro quadrado 4,84.

(...) o pagamento será feito em cinco parcelas, começando do fim do segundo ano da posse do colono.

A ferrovia *São Paulo Railway Company*, havia sido construída pelos ingleses e inaugurada no mês de fevereiro de 1867, com algumas paradas nos locais considerados por seus engenheiros como mais importantes. Essa ferrovia ligava as cidades de Santos no litoral a de Jundiáí no interior, foi a primeira a ser construída no Estado de São Paulo. No núcleo de São Caetano, apesar de a ferrovia cruzar suas terras, ainda não existia uma estação para o desembarque das pessoas, obrigando-as a saltarem do trem em movimento com seus filhos pequenos e suas bagagens. Essa foi uma das várias situações indescritíveis com que os vênetsos se depararam quando da chegada em terras paulistas.

A antiga fazenda dos monges beneditinos era adequada para o assentamento dos recém chegados. Haviam permanecido nas terras as antigas construções existentes e, que poderiam servir de abrigo para as pessoas. Conforme Mimesse (2010), a legislação vigente previa que as colônias deveriam ter um edifício especial para receber os colonos, até que esses construíssem suas casas. Neste caso, a construção de um local não foi necessária, apesar da má conservação, os edifícios eram suficientes para acomodar todas as pessoas.

Mas as condições de vida dos colonos foram complexas, assim que desembarcaram em São Caetano no dia 28 de julho de 1877. As famílias depararam-se com as construções precárias que restaram da antiga fazenda, composta por uma casa-grande, uma capela e uma dúzia de pequenas casas que serviam de moradia para os escravos.

Os primeiros anos de vida das famílias no núcleo colonial podem ser expressos como de grande dificuldade. Foi necessário nesse período providenciar a construção das casas, iniciarem o plantio da lavoura, preparar o pasto para receber os animais, lutar pela vida, em função da mortalidade – principalmente infantil e ainda requerer do governo provincial muitas ações nas quais se sentiram lesados. A capela que existia no local estava em condições péssimas de uso, por não receber manutenção regular, o mesmo pode-se dizer com relação às pequenas casas.

Sendo assim, os colonos passaram a escrever abaixo assinados, solicitando melhorias para o núcleo, entre esses se podem relacionar a necessidade de a capela funcionar com seus serviços regularmente, a criação de escolas para a alfabetização das crianças e a escolha de um local para a criação de um cemitério. Pode-se citar um trecho de um dos abaixo assinados requerendo a construção de edifícios propícios para as escolas:

Excelentíssimo Snr. os abaixo assinados ao terminar este, dirigem-se a V. Ex.<sup>a</sup>. pedindo sua valiosa proteção em favor da Instrução Pública da mesma Colônia, que não tem edifício algum que decentemente se preste para as aulas de ambos os sexos, sendo certo que a cadeira do sexo feminino, única que esta funcionando, esta se servindo da sacristia da Capela da Colônia, lugar completamente impróprio para tal fim. (SÃO PAULO, 1883b)

Todavia, o governo não considerava necessário despender gastos com a restauração dos imóveis ou mesmo investir na construção de novos edifícios. O governo entendia que esses atos deveriam estar a cargo dos novos moradores, que iriam reconstruir a localidade. Não fazia parte do planejamento do governo provincial investir verbas públicas, que eram sempre escassas, em qualquer tipo de obra na periferia da Capital. Com o passar do tempo, com a organização dos lotes e a construção das casas, algumas pessoas da

comunidade apresentavam possibilidades financeiras de cederam partes de seus imóveis para a instalação dos órgãos públicos. Os colonos cederam salas de suas casas para as escolas funcionarem e uniram-se para reconstruir a capela e torná-la uma igreja, duas décadas após essa mobilização os moradores uniram-se novamente e construíram o *Grupo Escolar*. Foi neste contexto descrito acima que toda a comunidade convivia, nos parágrafos que se seguem centro-me principalmente na ação das crianças em São Caetano.

### Eventos prosaicos da infância ítalo-brasileira.

Dentre os acontecimentos cotidianos pode-se referenciar o convívio com a mortalidade e as decorrências por ela geradas. A questão da contratação das amas de leite, no caso das mães que perderam seus filhos no período da amamentação; o trabalho doméstico das crianças para ocupar o lugar de um irmão mais velho que faleceu; a propagação das moléstias que transcorriam na baixa frequência às escolas. Entretanto, mesmo assim, ainda existia a possibilidade de as crianças se divertirem, brincando com os amigos em frente de suas casas, no local que poderíamos denominar de rua, mas que nesta época não reunia as características conhecidas para tanto, eram ruas de terra, sem calçadas ou calçamento.

As crianças conviviam com as doenças e a mortalidade, não era raro que tivessem perdido um ou mais irmãos no nascimento, ou antes, desses completarem um ano de idade. Nas páginas constantes nos *Anuários Demográficos Sanitários*, pôde-se verificar que a causa das mortes, nos anos iniciais do século XX, eram devidas às moléstias mais corriqueiras como a febre tifóide, a malária, a febre amarela, a varíola e a coqueluche. Existia uma política de saneamento implantada no Estado de São Paulo, com o objetivo de evitar a propagação da malária, com a execução de “aterros e drenagens das várzeas” e, no caso da varíola, o documento trouxe os seguintes dados:

[...] exceto o ano de 1898, foi o de 1902 o que apresentou obituário mais elevado por essa causa de morte. Consignando este fato é nosso intuito pedir a atenção dos poderes públicos para a necessidade da obrigatoriedade da vacinação e emprego sistemático da revacinação, afim de banirmos de uma vez dos nossos quadros estatísticos moléstia tão deprimente. (SÃO PAULO, 1903, p.29)

Muitas das crianças morriam e os pais nem sabiam qual era o motivo real, pois nessa época não existiam médicos residentes na localidade de São Caetano. Em alguns dos depoimentos analisados verificou-se que as causas das mortes eram as mais diversas. Temos como exemplo o acontecido com o irmão mais velho de Dona Joana Fiorotti Zanini, que morreu depois de levar um coice de um burro na cabeça; ou ainda como contou Dona Irene Marques Biagi que contraiu pneumonia pouco antes da viagem de vinda para o Brasil, e o medo de sua família era de que ela falecesse durante a viagem, porque “se morresse, eles jogavam no mar”. Nesse mesmo depoimento, essa senhora relata ainda que seu irmão faleceu com sarampo, após a família estar no país há uma semana.

Encontraram-se vários relatos descrevendo que todas as famílias eram numerosas, nesse sentido, a inexistência da assistência médica institucionalizada em São Caetano contribuía para o aumento das taxas de mortalidade e de moléstias. Algumas pessoas

assumiram as funções de benzedeiros ou de parteiras, essas últimas eram senhoras que ajudavam as mulheres durante o nascimento do bebê, e faziam o possível para que a mãe e a criança sobrevivessem.

Em São Caetano, nessa época, ainda não havia nenhuma parteira, as mulheres que tinham condições de saúde para se locomoverem iam até sua casa que ficava do outro lado do Rio Tamanduateí, em São Paulo, ou a parteira era chamada e trazida de charrete para fazer o parto. Conforme Dona Joana Fiorotti Zanini sua mãe “foi na casa da parteira, que tinha um quarto de propósito para as mulheres conhecidas”.

A morte prematura de filhos recém nascidos possibilitava que essas mães assumissem um novo tipo de trabalho, considerado relevante para a sociedade da época, o trabalho de amas de leite. Essa prática de amamentar os filhos dos mais abastados existia no Brasil desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, as escravas africanas adotaram a função de amas de leite, para assim alimentarem os filhos das famílias brancas, e, conseqüentemente acabaram prejudicando o aleitamento de seus próprios filhos. Prevalciam críticas a esta postura feminina da elite, mas as italianas, como as escravas africanas, eram consideradas saudáveis a tal ponto de poderem assumir o mesmo posto da mãe no quesito da amamentação. Dona Joana Fiorotti Zanini relatou que sua “mãe foi ama de leite quando morreu um filho dela [...] não sei se ele nasceu morto ou se ele morreu depois, logo que nasceu. Sei que ela tinha muito leite. E naquele tempo os ricos não amamentavam os filhos, tinha uma ama em casa”.

Nos comentários de Pardal (2005) encontram-se as críticas as amas de leite, datada do final do século XIX e início do XX provindas dos médicos especialistas. Essas críticas eram referentes a prática do uso corriqueiro de amas de leite e, ainda persistiam algumas palavras em defesa do aleitamento materno natural ou, a aceitação de procedimentos que pudessem substituir o leite materno de modo saudável. As famílias que tinham condições financeiras para contratar uma ama de leite, poderiam adquirir facilmente os novos produtos que substituiriam o leite materno. Nesse referido texto foi citado um documento escrito em 1875, pelo químico suíço Henri Nestlé.

Nos primeiros meses o leite da mãe será sempre a alimentação mais natural, e toda a mãe deve amamentar seu filho por si mesma, no caso de o poder fazer; fazendo-se substituir por uma ama-de-leite, ela não somente falta ao seu dever, mas também obriga a proceder da mesma forma aquela que abandona o seu próprio filho para amamentar o de outrem.

Confiar um filho a uma pessoa estranha, cujo procedimento não é bem conhecido, é aventurar muito, [...] sob o ponto de vista cristão, não é admissível que o filho do pobre seja preterido pelo filho do rico, deve-se, pois, procurar uma alimentação própria para a cria quando falta o, leite da mãe. (PARDAL, 2005, p. 57)

Para contribuir com a redução na prática da contratação de amas de leite, a *Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro*, aprovou a introdução no mercado brasileiro de um novo produto produzido pelo químico Henri Nestlé, composto de leite em pó e pó de pão torrado, denominado como farinha láctea. Desde que sendo misturado com água, assumiria a consistência de um mingau e poderia suprir as necessidades de uma

criança, sem necessitar dos serviços de uma ama de leite. Pouco tempo depois, outro alimento foi desenvolvido com este mesmo fim, o leite condensado. O produto deveria ser diluído em água morna, por este motivo era *condensado*, em seguida era ministrado como bebida, assumindo a função do leite materno.

Contudo, apesar dessas modernizações na alimentação infantil, os colonos nessa época não tiveram acesso a esses produtos industrializados, e ao que parece nem mesmo os indivíduos das classes mais abastadas moradores da cidade de São Paulo, que contratavam as mulheres de São Caetano para amamentar suas crianças. A grande luta instituída por médicos e outros especialistas quanto ao uso das amas de leite, decorria de que algumas mães optavam pelo salário, que receberiam como amas, e deixavam de amamentar seus próprios filhos, incorrendo na subnutrição e contribuindo com o aumento nas taxas de mortalidade infantil.

Como a alta taxa de mortalidade fazia parte do cotidiano e era aceita como algo corriqueiro, existiam padrões de comportamento aceitos e seguidos por todos. Com esse alto índice de mortalidade, não existia uma preocupação ampla por parte das famílias com o imediato registro oficial dos nascimentos. As crianças eram batizadas na igreja em São Caetano, e quando o pai da família tivesse tempo disponível se deslocava até o Tabelionato, que se localizava na cidade de São Paulo, para registrá-las, essa ação poderia ocorrer no mês seguinte ou anos após o nascimento.

No entanto, os nomes das crianças batizadas e conseqüentemente registradas no Livro de Batismos da Igreja de São Caetano por sua família, nem sempre eram os mesmos nomes pelos quais foram registradas no Tabelionato de Registro Civil. Isto foi o que ocorreu com o Senhor Verino Segundo Ferrari, que somente soube que seu nome era Verino quando foi solicitar sua certidão de nascimento para fazer o alistamento no serviço militar. Nesse caso, o tempo entre seu nascimento e seu registro no órgão oficial por seu pai foi quase que imediato, mas o nome da criança registrada no Tabelionato era diferente do nome do registro de batismo constante na igreja. O uso do nome Segundo indicava que existiu outra pessoa na família com esse nome, nesse caso era um tio, desse modo o Senhor Verino era o segundo de uma mesma família a adotar esse nome. Questão essa esclarecida pelo depoente:

[...] era hora de fazer o serviço militar. Eu fui procurar tirar a certidão de nascimento minha para me alistar. Bem, então eu cheguei no cartório do Brás e pedi uma certidão de nascimento. E dei lá meu nome Guerino Ferrari, 02 de Janeiro de 1911.[...] o nome era pela morte de meu tio Guerino, que foi mordido por cobra. Então, passaram o nome dele para mim, mas o meu nome não era Guerino. O dono do cartório falou para mim: Aqui não tem nenhum Guerino Ferrari, aqui tem um Verino Segundo Ferrari. Então eu falei o senhor me deixa ver o livro, e eu conhecia a assinatura do meu pai, então, eu mudei de nome. (SÃO CAETANO DO SUL, 1995)

Esse assunto nos remete também a refletir sobre a inabilidade dos funcionários dos tabelionatos na época. Grande parcela dos equívocos nas grafias com relação a nomes e sobrenomes de estrangeiros era pela má compreensão na pronúncia desses imigrantes. Destarte, os funcionários dos órgãos de registro civil não sabiam como

escrever corretamente os nomes e sobrenomes, sendo que muitas vezes, pela dificuldade do idioma, eles acabavam por registrar os nomes e sobrenomes que consideravam estar corretos, ou mesmo com uma ordenação equivocada, registravam o sobrenome como se fosse nome e vice versa.

Mas, para contribuir com essa complexidade dos registros de nascimentos, é necessário explicitar que em algumas regiões da Europa, nessa época, a prática quando da assinatura de documentos de qualquer natureza, era a de se escrever primeiro o sobrenome e depois o nome. A importância do sobrenome para uma pessoa era por esse expressar sua linhagem, remontava sua origem e poderia vincular esse indivíduo a determinadas localidades ou regiões. Como exemplo para essa situação, temos a listagem com a relação dos moradores de São Caetano, que assinaram em 1883 um abaixo assinado. A página, segundo Mimesse (2001, p.155) apresentava as assinaturas nesse formato, algumas das quarenta e uma assinaturas são aqui reproduzidas: “Braido, Giuseppi; Garbeloto, Antonio; Baraldi, Primo Secondo; Visentin, Pietro; Roveri, Filippo; De Nardi, Celeste”.

Um outro exemplo neste sentido ocorrido em São Caetano é o de Dona Irene Moretti Perrela, que foi batizada por sua avó com este nome. Entretanto na família era conhecida como Serena o nome que seu pai lhe deu. A desordem teve início porque sua avó considerou que o nome de Serena era o mesmo que de uma égua de propriedade da família. Na citação do trecho do depoimento encontrou-se a seguinte explicação: “quando meu pai falou que meu nome era Serena, ela (*a avó*) achou que ia por nome de cavalo. Porque meu pai trabalhava na olaria, ele tinha os cavalos e tinha uma égua chamada Sereia e minha avó fez confusão, de Sereia com Serena”. Não era raro que animais e pessoas convivessem em harmonia, mas não era aceitável que o nome de uma criança fosse o mesmo que o de uma égua.

Uma situação a qual também se deve dar relevância, nessa linha de comentários sobre os nomes das crianças, a qual foi vinculada a alta taxa de mortalidade infantil; era a ação tácita e inerente à sociedade com relação às comemorações dos aniversários das crianças. Esse tipo de comemoração era inexistente. Com um número muito grande de filhos e muitos afazeres domésticos essa ação não era cogitada. Uma hipótese para tanto era a de que muitas das crianças não chegassem a sobreviver até completarem um ano de idade. Portanto, existiam festas coletivas, em que as pessoas todas comemoravam juntas, como o dia de São Caetano, por exemplo.

Com relação à vestimenta das crianças, podem-se tecer algumas linhas com relação a esse assunto. A prática era a de que as próprias mães costurassem as roupas da família, normalmente as vestes dos mais velhos eram usadas pelos mais novos, até que não pudessem mais ser reaproveitadas. Uma prática verificada entre as famílias desses colonos, foi a de adquirirem uma peça de tecido, e esse mesmo tecido tornava-se vestimenta para toda a família, assumindo o formato de vestidos para as meninas e camisas para os meninos. Em muitas das fotografias que retratam as crianças nas escolas é possível efetuar essa constatação. Pode-se dizer o mesmo dos calçados, que como agregavam um valor muito alto, alguns deles eram adquiridos e usados por membros diferentes da família, em situações específicas. O dia da fotografia escolar era o momento para que as melhores roupas fossem usadas e, conseqüentemente, os sapatos deveriam acompanhar esse traje.

Abordando o item da alimentação alguns comentários podem ser feitos sobre os alimentos consumidos pelas crianças nessa época. Foi enfatizado nos depoimentos o consumo quase que diário de polenta e de vinho. No depoimento de Dona Joana Fiorotti Zanini encontrou-se a afirmação de que “mamãe fazia a polenta, fazia todas as noites”; essa refeição era acompanhada de vinho, porque – ainda nas palavras de Dona Joana “quando eu era pequena tinha sempre um jarro de vinho na mesa. Todo dia bebia. As crianças também bebiam e não fazia mal. Era vinho bom, vinho puro. Aquele que era vinho bom era para beber.” Outro item na alimentação lembrado com carinho foi a elaboração de biscoitos com formato de animais. De acordo com o Senhor Singerfrido Cavassani sua avó sempre fazia os pães e os biscoitos, esses biscoitos tinham a aparência “de coelhinhos, de cobrinhas, de carneirinhos”, para agradar as crianças.

Outra prática verificada nos depoimentos foi a da caminhada noturna. Após a refeição da noite, os meninos saíam de suas casas com seu pai, para caminharem e fazerem a digestão. Esse exemplo foi citado pelo Senhor Verino Segundo Ferrari, apresentado desta forma: “O seguinte a gente em casa, quando era pixote assim, o seguinte, nós éramos quatro homens, então o seguinte, meu pai [...] nós jantávamos, meu pai chamava os quatro, ia dar uma volta com ele, fazer o quilo. Dar uma volta com ele”; e pelo Senhor Francisco Adelino Fiorotti, que disse que quando “terminava de jantar de noite, dava uma volta lá na rua”.

Pode-se levantar uma hipótese neste caso, porque apenas os meninos saíam de casa com o pai. As meninas, como não citaram nada referente a essa ação, deveriam permanecer em suas casas e ficarem ajudando suas mães na organização da cozinha.

### **A necessária labuta diária dos pequenos.**

As crianças sempre tiveram algumas obrigações a cumprir, nos depoimentos quando o assunto tratou das modalidades de trabalhos por elas desenvolvidas, pôde-se verificar que parte do trabalho dos meninos era diferente do trabalho das meninas, apenas algumas atividades eram aceitas para os dois sexos. Conforme Heywood (2004), argumentando sobre as rotinas do trabalho infantil na Europa do século XIX, escreve:

[...] *que* grande parte do trabalho feito por crianças no passado era casual e de poucas demandas. Elas se deslocaram gradualmente para a força de trabalho, desempenhando uma série de pequenas tarefas que iam se modificando segundo seu tamanho e experiência. Poderiam trabalhar em uma fazenda [...] em torno dos 6 ou 7 anos, mas provavelmente não começariam a formação nas tarefas mais especializadas ou exigentes até cerca de 10 anos ou mais. [...]

Nas pequenas fazendas familiares, características de muitas regiões nos dois lados do Atlântico, crianças pequenas de ambos os sexos se limitavam a dar um ajuda em tarefas simples, mas demoradas. (HEYWOOD, 2004, p. 163)

Alguns tipos de trabalhos poderiam ser cumpridos por um menino ou uma menina, nestes casos não continham restrições. O trabalho desenvolvido pelas crianças era de grande valia, porque os moradores não tinham condições financeiras de contratarem

empregados para trabalhos de simples execução, como cuidar do gado no pasto, e também porque era uma prática aceita na sociedade da época, que as crianças trabalhassem ajudando seus pais. Pode-se elencar alguns dos trabalhos feitos pelas crianças em São Caetano, como a contribuição dos meninos nas olarias, no trato com os animais e na produção do vinho; as meninas ajudavam na lavagem da roupa, nos afazeres da cozinha e no cuidado com os irmãos mais novos.

O papel do pai era de muita importância na família, como também o dos meninos, que deveriam seguir os mesmos passos de seu pai. Heywood (2004, p. 142) comenta as ações esperadas na relação entre pai e filho na Europa do século XIX, por que: “do pai esperava-se um papel mais destacado na criação dos filhos nessa etapa da vida, pois ele supostamente tinha a força necessária para inculcar valores de respeito e obediência nos mais novos”.

Os meninos gostavam de ajudar o pai, essa era uma forma de sentirem-se valorizados dentro da família, apesar da pouca idade. O Senhor Egidio Scarparo contou em seu depoimento que levantava cedo, por volta das “seis horas, tirava o leite das vacas, quando acabava de fazer tudo o que era necessário, eu tomava café e saía com as vacas pela Rua Perrela, porque o portão era na Rua Perrela”, até chegar ao pasto. Temos também a referência do Senhor Celeste Biagi quanto ao trabalho com o gado. Ele relatou que efetuou trabalhos domésticos até “antes dos 12 anos”. E tinha a função de “soltar os bezerrinhos” e tomar conta deles, depois “soltava as vacas”. E, assim que o gado estivesse no pasto poderia seguir para a escola. No depoimento do Senhor Octavio Fiorotti de Luigi encontraram-se comentários similares aos anteriores, ele deixava o gado no pasto e fazia outras atividades, entre elas ir à escola, mas algumas vezes ajudava seu irmão na olaria e se atrasava para trazer o gado de volta para casa, e “as vacas iam pastando, pastando, porque naquele tempo era tudo pasto”. E ele precisa buscá-las em locais mais distantes do que as havia deixado.

Por outros depoimentos, como o do Senhor Octavio Fiorotti de Luigi sabe-se também que os meninos contribuía com a produção de tijolos. Ele relatou “que ajudava o irmão na arrumação dos tijolos” e que, muitas vezes, por ainda não ter a idade para trabalhar na olaria, levava o café que a mãe preparava para os operários na olaria. Dona Esperança Martorelli Cairo, contou que seu pai quando criança ajudou os adultos com os tijolos para a reconstrução da igreja. Disse: “meu pai tinha uns cinco anos, o pai dele e o Moretti, eles descarregavam os tijolos lá. E ele com mais outras crianças tinham de subir nos andaimes e colocar todos os tijolos, para quando *os adultos* vinham de noite trabalhar”.

Também a produção do vinho caseiro requeria a mão de obra dos meninos. Eles precisavam lavar muito bem os pés e as pernas, para poderem entrar no local aonde se amassavam as uvas. Apenas os pés eram necessários a esse amassar, o que de acordo com os depoentes era o que tornava o vinho de São Caetano tão especial. Dona Joana Fiorotti Zanini contou que a uva era “amassada com o pé. Precisava lavar. Era meu irmão e um primo meu que amassavam. Minha mãe dava água para eles lavarem bem o pé, a perna e tudo. Eles tinham calça curta até o joelho”. Também o Senhor Egidio Scarparo comentou que “naquele tempo, quando não tinha nada para fazer, às vezes, quando era tempo da uva, da colheita, eu ajudava meu avô. Colhia, escolhia tudo que era bom, preparava tudo [...] e

nós fazíamos o vinho, lavava bem os pés e fazia o vinho, em cima da uva. Amassando com o pé”. Essa mesma ação foi reiterada pelo depoimento do Senhor Octavio Fiorotti de Luigi.

Mas, como em todas as situações, existiam as exceções. As meninas também participavam do trabalho nas olarias ou cuidando do gado no pasto, mesmo esses serviços sendo considerados de caráter masculino. Dona Irene Marques Biagi relatou em seu rico depoimento que trabalhou na olaria lançando os tijolos para seu irmão e depois passou a fazer os tijolos. Neste caso, não exultavam diferenças nas atividades desenvolvidas por uma menina ou por um menino. Segundo seu depoimento:

[...] ainda com 9 anos, que eu trabalhei fazendo tijolo. Lançava tijolo para o meu irmão, com mais ou menos 10 anos fiquei trabalhando na olaria, fazia tijolo. Depois fui crescendo, então eu ajudava meu pai: trabalhava com a carroça junto com meu pai. Ele sempre gostou de mim porque eu era muito trabalhadeira, qualquer serviço eu topava, qualquer coisa. Meu pai dizia que eu era a mão direita dele porque eu fazia tanto serviço de homem quanto de mulher. Cuidava dos animais [...], até uma vez eu pinteí a carroça para ele. (SÃO CAETANO DO SUL, 1995).

Podem ser identificados na imagem alguns homens adultos, alguns meninos de todas as idades, um menino carregando uma criança e uma menina com outra criança no colo. A suposição para essa menina estar na olaria é a de que ela cuidava daquelas crianças e foi até a olaria para passearem e ajudarem os outros no trabalho mais leve. O trabalho pode-se assim afirmar, tendo em vista a análise dos depoimentos, tornou-se paulatinamente parte do cotidiano das crianças.

Uma outra atividade doméstica considerada aceitável, para a execução de crianças de ambos os sexos, era a de recolher galhos e gravetos na mata para o abastecimento do fogão a lenha. No início da colonização em São Caetano, enquanto as casas eram construídas e as lavouras organizadas, alguns colonos recolhiam os galhos das árvores para fazerem carvão e revendê-lo na cidade de São Paulo.

Porém, com a distribuição dos lotes e o aumento do número de moradores na localidade essa ação não foi mais executada, todos os terrenos que estavam vazios foram sendo ocupados. As idas até a mata mais próxima ou nos poucos lotes de terras desocupados, eram apenas para recolher o que necessitavam para sua sobrevivência. O Senhor Singerfrido Cavassani comentou em seu depoimento que executava esse trabalho em sua infância, disse: “a gente de moleque ia pegar lenha [...] deixava secar para pôr no forno.” E Dona Henriqueta Matiello Perin comentou que as crianças poderiam “lenhar no mato”. Atentem para a existência de um verbo que designava essa atividade de recolher gravetos e galhos, o verbo *lenhar* por ser uma ação extremamente corriqueira. Em seu relato explicou quais os procedimentos eram seguidos, quando existia um número muito grande de galhos: “nós amarrávamos as cordas na cintura para pegar lenha, fazíamos o feixe e carregávamos os feixes de lenha seca. [...] Então, a gente pegava de qualquer terreno”.

Outras atividades citadas nos depoimentos eram a pesca e a caça, que ocorriam nos meses em que o rio Tamandateí enchia de água a ponto de suas margens transbordarem. Pode-se ponderar pelas leituras dos depoimentos que essas atividades não foram

consideradas pelos depoentes como um trabalho ou uma obrigação. Na verdade, foram entendidas mais como brincadeiras do que como trabalhos a serem executados.

Na época em que ocorriam as enchentes do rio Tamanduateí os meninos aproveitavam para pescar e caçar rãs. Como as olarias ficavam próximas ao rio, o barro era retirado do seu leito, deixando grandes espaços vazios. Com as águas da cheia, esses locais ficavam repletos de água, e eram transformados em tanques, muito propícios para a pesca, já que os peixes ficavam presos neste local quando a água baixava, facilitando extremamente a prática da pesca. O Senhor Francisco Adelino Fiorotti comentou que “ia pescar [...] quanto buraco tinha. Quando vinha enchente, saia tudo a água fora do rio e os peixe entravam naqueles buraco onde os oleiros tiravam barro para fazer tijolo”. Essa pesca sazonal contribuía para a diversificação na alimentação diária da família e ainda era uma outra forma de diversão para os meninos. O mesmo pode-se dizer com relação à caça das rãs, que poderiam ser servidas como complemento às refeições. Elas eram caçadas mais facilmente quando ocorriam as enchentes, porque, como relatou o Senhor Singerfrido Cavassani “quando dava enchente, alagava tudo, o rio não era assim, era todo desviado, cheio de mato e apareciam sapos, cobras [...] e em noite de luar, a turma ia lá pegar rã”.

Quanto aos afazeres domésticos considerados exclusivos das meninas, relacionam-se as tarefas de ajudarem na lavagem das roupas da família, prepararem as refeições, cuidarem dos irmãos mais novos e até mesmo o de fazerem algum prato em especial. As mães eram imprescindíveis no comando dos trabalhos domésticos, as filhas deveriam acompanhá-las na medida em que aprendiam as tarefas. Além de aprenderem com suas mães como criar e alimentar os pequenos animais, como as galinhas e pombos, deveriam também saber quais os procedimentos para torná-los uma refeição. Conheciam todos os passos e as técnicas desde a criação dos animais até o seu abate e, conseqüentemente, os modos como suas partes eram distribuídas. Com o passar dos anos e o aumento do poder aquisitivo dos colonos, as criações domésticas de animais passaram a contar também com porcos. Sendo que a técnica para o preparo das partes dos porcos após seu abate foi incluída nos conhecimentos necessários às meninas. Esperava-se ainda que as meninas soubessem costurar. As ações das mães estavam extremamente vinculadas às ações futuras das filhas, pois por:

Quaisquer que fossem suas relações com os filhos homens, o principal papel da mãe era o de preparar as filhas para a vida de esposa e para a maternidade, ensinando-as a fiar e a coser, como organizar uma casa e, esperavam-se, as virtudes da humildade e da submissão supostamente apropriadas a seu sexo. As meninas costumavam desenvolver vínculos afetivos íntimos com suas mães, porquanto dependiam delas para o auxílio e orientação. (HEYWOOD, 2004, p.143)

O depoimento de Dona Henriqueta Matiello Perin explicitou esses comentários. Ela relatou que “ficou sem pai desde os 8 anos, minha mãe ficou com oito filhos. A gente tomava conta do meu irmão, quando minha mãe ia pegar lenha, dava o leite para ele. Minha mãe me ensinou cozinhar o feijão”. As mães ensinavam tudo o que podiam às filhas e agradeciam por terem quem as ajudasse em sua labuta diária. Conforme comenta

Heywood (2004), com o passar da idade as meninas tornavam-se cada vez mais próximas de suas mães e os meninos mais próximos dos seus pais, em decorrência do tipo de trabalho que executavam.

Á medida que os jovens trabalhadores rurais passavam da infância à juventude, as diferenças de gênero entre eles se tornavam mais pronunciadas. As filhas continuavam a ajudar as mães na casa, no jardim e na leiteria, enquanto os filhos começavam a trabalhar mais intensamente ao lado dos pais, nos campos e estábulos. [...] As convenções para a distribuição do trabalho segundo idade e gênero eram muitas vezes ignoradas em domicílios pobres ou isolados. (HEYWOOD, 2004, p. 165)

Mas, apesar da necessidade de as crianças trabalharem e ajudarem seus pais diariamente, ainda existia a possibilidade de alegrarem seus trabalhos, incorporando algumas brincadeiras nesse cotidiano. Heywood (2004, p. 164) reitera essa ideia, quando escreve “que as próprias crianças costumavam dar um jeito de aliviar seus fardos, combinando o trabalho e as brincadeiras, fosse por conta própria, fosse com os outros.”

### **A aprendizagem das Primeiras Letras e o comprometimento com a vida escolar.**

Nesses tempos, a frequência na escola não era obrigatória, a aprendizagem visava apenas os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética. As escolas eram divididas entre as femininas e as masculinas, e as crianças poderiam frequentá-las a partir dos sete anos, mas as de cinco anos já acompanhavam seus irmãos. Esses alunos menores iam para a escola por não poderem executar tarefas autonomamente em casa, e indo para a escola poderiam aprender algo até a idade de sete anos. Dona Adelaide Capuano Fiorotti explicou em seu depoimento que “não queria ficar na escola presa”, porque estava acostumada a estar “sempre livre, tinha o campo, chorava que queria ir embora”.

Duas listas de chamada das escolas de São Caetano datadas do ano de 1907, constantes em Mimesse (2010, p. 84) esclarecem essa situação. Foram encontrados na listagem da escola masculina os nomes de Antonio Fioroto e João Fioroto; João Romualdini, Humberto Romualdini e Luiz Romualdini; Izidoro Braido e Luiz Braido. Na listagem da escola feminina temos: Roza Scarazzatto, Maria Scarazzatto e Aurora Scarazzatto; Concheta Perrella e America Perrella; Julia Tosetti, Ana Tosetti e Emilia Tosetti. No entanto, existe uma hipótese para que as crianças e seus irmãos estivessem todos na mesma sala, e não era apenas o convívio necessário com seus irmãos mais velhos como foi dito por Dona Adelaide Capuano Fiorotti. As escolas nessa época em São Caetano eram compostas por uma sala, que era dividida por bancos ou fileiras, cada banco correspondia a um ano escolar, de tal modo que cada criança poderia estar em um ano diferente.

Na verdade, essas salas de aulas que contavam com alunos separados por bancos, ensinavam os conteúdos referentes há três anos, porque o quarto ano foi instituído somente com a criação do *Grupo Escolar* em 1921. Assim sendo, os professores deveriam ensinar três assuntos diferentes, dependendo do nível de adiantamento de cada banco ou fileira. Porém, muitos dos alunos permaneceram na escola por seis anos, porque ficavam

dois anos em cada série, de modo que ingressavam na escola por volta dos sete anos e saíam em média com doze anos.

Essas escolas utilizavam pouco espaço físico, ocupavam apenas um cômodo, e por esse motivo foram instaladas nos locais mais improváveis para seu funcionamento. De acordo Mimesse (2010), as primeiras escolas foram criadas em São Caetano pelo governo provincial em 1883, não tinham um local físico determinado para funcionar, contavam apenas com professores nomeados pela Província.

Nas duas últimas décadas do século XIX, a escola feminina funcionou dentro da capela, enquanto a masculina estava em uma das casinhas da antiga senzala. Alguns anos depois com a demolição das casinhas e a construção da igreja, o colono Celeste Denardi cedeu uma sala de sua casa para o funcionamento da escola feminina, e a escola masculina mudou-se para uma das casas da estrada de ferro.

A localização das escolas era, desde modo, na região central do núcleo colonial. As crianças moradoras dos lotes mais distantes tinham de se locomover até o local das escolas. No depoimento de Dona Joana Fiorotti Zanini, encontrou-se esse tipo de comentário, quando ela explicou a distância que percorria a pé de sua casa até a escola. Ela “morava na Vila Gerty, bem lá em cima. Nós levávamos uma hora para chegar lá em São Caetano. A gente não andava depressa. Tinha três ou quatro casas nesse andar de casa até a escola, o resto era tudo pasto.”

As escolas estavam fixadas nos lotes urbanos próximos a Igreja, entre o rio Tamanduateí e a Estrada de Ferro. E, apesar desta distância, foi somente no ano de 1918 que foram criadas escolas em outros locais, para além do que era considerado como central, ou seja, as proximidades da Igreja e da Estrada de Ferro.

As escolas de São Caetano seguiram um horário especial para seu funcionamento, ele era estabelecido a partir dos horários do trem, que de acordo com a informação do mês de agosto de 1883 do jornal *A Província de São Paulo*, a chegada na localidade ocorria às 10h17, o trem partia dali rumo a Capital às 13h15. A composição vinha de São Paulo pela manhã descendo a Serra do Mar em direção a Santos, e retornava à tarde com o carregamento em direção a São Paulo.

Os professores das escolas de São Caetano se utilizavam desse meio de transporte para se locomoverem da Capital para a colônia. Abrindo e fechando as escolas de acordo com o horário do trem, como foi abordado por Mimesse (2010). Foram encontrados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo ofícios dos professores de São Caetano enviados ao *Diretor Geral da Instrução Pública*, solicitando a alteração no funcionamento do horário das escolas, em decorrência da mudança nos horários dos trens efetuados pela *São Paulo Railway Company*. Considera-se que essas solicitações tenham sido acatadas, já que os professores somente se locomoviam desta maneira.

Contudo, independentemente dos horários de funcionamento dos trens e, neste caso, das escolas, permanecia a existência de um horário durante as aulas para o recreio, que era considerado momento de alegria e de brincadeiras. Dona Joana Fiorotti Zanini lembrou-se desta situação como a ocasião de sair da sala para “comer o lanche”. Esse lanche era composto apenas por lingüiça, disse em seu relato que a: “mãe me dava lingüiça

que eles faziam”. Entretanto, havia um complemento “e também me dava duzentos réis de bananas, era meia dúzia de bananas”.

Portanto, apesar do pouco tempo em que as crianças permaneciam dentro da sala, dos reduzidos momentos que dispunham para a aprendizagem, e das acomodações escolares indevidas, persistiram lembranças felizes das ocasiões em que lanchavam e brincavam.

Entretanto, a frequência das crianças nas aulas ministradas pelos professores era de extrema irregularidade. De modo a justificar o motivo para que persistisse a permanência das crianças na escola pelo dobro do tempo exigido oficialmente. Pode-se considerar que esses alunos tinham uma “frequência diferenciada”, nas salas de aulas. Fato esse que, a princípio, nos parece irrelevante, entretanto o que levava as crianças há permanecerem seis anos na escola era a demasiada quantidade de ausências que acumulavam durante um ano. Como a presença na escola não era instituída obrigatoriamente, os alunos se ausentavam e não conseguiam aprender o mínimo necessário para seguirem com novas aprendizagens. A razão para as ausências contínuas era a necessidade inerente de ajudar seus pais nos afazeres domésticos. Um dos exemplos para explicitar essa situação é o depoimento de Dona Henriqueta Matiello Perin, quando se referiu a escola e ao mesmo a necessidade de ajudar sua mãe, ela foi procurar um trabalho e só foi para a escola por “seis meses, ou cinco, não lembro bem, cheguei a ir novamente com dez anos. Mas fiquei com pena da minha mãe, porque quando ela dividia as partes para dar comida para os filhos, ela fazia oito partes e para ela não tinha”.

Outra questão a ser explorada era o ponto de vista dos professores das escolas de São Caetano. Esses profissionais não aceitavam muito bem a ajuda das crianças nos trabalhos domésticos. Os professores que ministraram aulas nas escolas públicas da localidade, desde sua criação em 1883 até os anos iniciais do século XX eram todos brasileiros, a maioria deles eram moradores da Capital. Somente por volta dos anos de 1910 alguns deles passaram a viver próximos das escolas. Esses professores eram concursados e escolhiam as escolas de São Caetano para lecionar em função da proximidade com a Capital, e ainda tinham o fácil acesso pela linha férrea. Sendo assim, eles não conheciam a realidade do cotidiano da localidade. Segundo a opinião desses professores os pais das crianças não se interessavam pelo estudo dos filhos. A professora Elisa Angélica de Brito Alambert da escola feminina redigiu um relatório endereçado ao Inspetor Geral da Instrução Pública e descreveu neste documento que os pais obrigavam seus filhos a trabalharem.

As classes operárias, pouco zelosas da educação dos filhos, sem avaliar devidamente o mal que dessa incúria lhes advém, obrigam geralmente os filhos aos trabalhos domésticos em prejuízo da sua frequência nas escolas públicas. Eis porque algumas vezes acontece uma aluna conservar-se dois e três anos matriculada sem apresentar um sensível aproveitamento. (SÃO PAULO, 1885)

O professor da escola masculina Joaquim Ferreira Alambert, em seu relatório semestral enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, datado com cinco anos de diferença que o da professora, enfatizou que a ajuda das crianças no trabalho dos pais era um obstáculo ao ensino. O professor Joaquim concordava com a opinião da professora Elisa, que, aliás, era sua esposa.

As razões improcedentes que os pais apresentam como justificativa à falta que cometem em privar os filhos do pão do espírito - a instrução - [...], o aluno tem ampla liberdade de frequentar ou não a aula, a frequência dos alunos não corresponde à matrícula, muitos deles interrompem o estudo, ora alegando trabalhos na lavoura, ora incomodos de saúde. (SÃO PAULO, 1890)

Pode-se notar por esses exemplos, que para esses professores o ensino e a frequência às aulas era o mais importante, eles não compreendiam plenamente qual era a realidade dos alunos aos quais ministravam as lições.

### Considerações finais

As crianças que viveram em São Caetano nos anos iniciais do século XX, participavam das atividades desenvolvidas por suas famílias. Verificou-se, a partir dos dados colhidos para a organização deste artigo, que os familiares contavam com a contribuição do trabalho das crianças como algo corriqueiro. Na verdade, essa prática era desenvolvida pela maioria dos imigrantes que se estabeleceram no Brasil, porque esses reproduziam as tradições que executavam em seus países de origem. Deste modo, Heywood (2004) foi um autor de extrema relevância para o desenvolvimento deste estudo, pois alguns dos capítulos de seu livro tratam das crianças e de suas condições de vida na Europa, no final do século XIX e início do XX. As críticas aos trabalhos efetuados pelas crianças ecoaram somente por parte de alguns dos professores das escolas públicas, que discordavam da atitude das famílias em contar com a ajuda dos pequenos. Entretanto, em defesa desses professores, vale lembrar que a legislação paulista daquela época vinculava os ganhos mensais desse profissional ao número de alunos frequentes. Dessa maneira, a frequência regular das crianças em suas aulas era a razão direta de sua sobrevivência.

No entanto, o trabalho doméstico não pode ser considerado como um obstáculo ao aprendizado das crianças. Como a frequência diária não era legalmente obrigatória, as crianças faltavam as aulas quando o volume de seus afazeres era demasiado. Contudo elas encontraram uma maneira de adaptar seu cotidiano ao da escola, permanecendo mais tempo matriculados. Continuavam frequentando a escola, estavam presentes duas vezes no mesmo ano escolar. De modo que cursavam mais três anos, além dos três anos obrigatórios para a aquisição do diploma.

E, mesmo com as difíceis condições de vida, essas crianças conviveram com os caminhos e as ruas de terra, com as carroças e charretes, com os animais no pasto, com as cheias do rio Tamanduateí, com a falta de saneamento básico e, com a necessidade de tomarem banhos dentro de uma bacia grande ou de uma *tina*. Em todos os depoimentos analisados, que abordaram a questão do divertimento, foi possível identificarem-se frases que demonstravam muita felicidade e alegria quando o assunto era referente às brincadeiras.

Normalmente as crianças, em qualquer época, vivem em um mundo composto em parte por fantasias, acreditam em personagens lendários e heróis. Esses meninos estavam realizando algumas dessas fantasias, concretamente; ou mesmo quando ocorriam as enchentes do rio, era o momento em que todos brincavam na água, e depois que a água retornava ao rio, a lama - que se formava nos caminhos e nos seus arredores - era outro motivo para a diversão.

Portanto, apesar de todas as intempéries vividas por essas crianças elas foram felizes, freqüentaram as aulas e aprenderam a leitura e a escrita, do modo como cada uma delas pôde conciliar seus afazeres domésticos com a vida escolar, brincaram com seus parentes e amigos e, transformaram muitas vezes o trabalho em parábola. Esses meninos e essas meninas não expressaram, nos seus depoimentos, qualquer tipo de pesar por não terem acesso a outros tipos de brincadeiras ou mesmo de brinquedos. Eles se divertiram muito, talvez até mais do que pude expressar nestas páginas; eles viveram felizes suas infâncias.

### Referências

- ALTMAN, Raquel Z. *Brincando na história*. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. (Org.) 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 231-258.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no Ocidente*. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LEITE, Miriam L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos C. de. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.
- PARDAL, Maria Vittoria de C. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: VASCONCELLOS, Vera M. R. de. (Org.) *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 51-72.
- SÃO CAETANO DO SUL. Projeto *História de Vida*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1995.
- SÃO PAULO. *A Província de São Paulo*. 11 de agosto de 1883a.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. *Instrução Pública*, ofícios diversos, 1883b, 1885, 1890.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Demográfico Sanitário*. Diretoria do Serviço Sanitário – Seção de Demografia. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1903.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Trad. Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VEIGA, Cynthia G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano M. (Org.) *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Recebido em agosto de 2012  
Aprovado em novembro de 2012